



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio**

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL – SDS/AM**

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM/RO**

**GRUPO DE TRABALHO BR-319**  
(PORTARIA N. 295 - MMA, DE 22.09.2008)

**SUBGRUPO:**  
***PROTEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO***  
***DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA BR-319***  
***– RESUMO EXECUTIVO –***

*Apoio Técnico*



**MANAUS – PORTO VELHO**  
DEZEMBRO/2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**Ministério do Meio Ambiente**

*Carlos Minc Baumfeld*

**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

*Rômulo José Fernandes Barreto Mello*

**Diretoria de Unidades Conservação de Proteção Integral (DIREP)**

*Ricardo José Soavinski*

**Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP)**

*Paulo Fernando Maier Souza*

**Governo do Estado do Amazonas**

*Carlos Eduardo de Souza Braga*

**Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – Amazonas**

*Nadia Cristina d'Avila Ferreira*

**Governo do Estado de Rondônia**

*Ivo Narciso Cassol*

**Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – Rondônia**

*Cletho Muniz de Brito*

**Equipe Técnica**

*Lilian Hangae – DIREP*

*Marcelo Cavallini – DIREP*

*Érika Fernandes Pinto – DIUSP*

*Viviane Lasmar Pacheco Monte – DIUSP*

*Wagner Fischer – DIUSP*

*Domingos Macedo – SDS/AM*

*Marcos Amend – CSF*

*Carlos Gabriel Koury – IDESAM*

*Marcus Eugênio Lemgruber Porto – SEDAM/RO*

**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

*SCEN Trecho 2 – Sede Administrativa*

*70818-900 – Brasília, DF – Novembro/2008*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**SUMÁRIO**

I – Contextualização	3
II – Objetivo	4
III – Área de Influência	5
Unidades de Conservação Federais (UCF)	8
Unidades de Conservação Estaduais – Amazonas (UCE-AM)	9
Unidades de Conservação Estaduais – Rondônia (UCE-RO)	10
IV – Estratégias de Implementação	11
Lotação de Servidores	11
Ações por Unidade de Conservação	11
Plano de Manejo	12
Conselho Gestor	12
Diagnóstico para Regularização Fundiária	13
Operacionalização e Infraestrutura (Custos Compartilhados)	13
Proteção e Monitoramento Ambiental	14
Ações Integradas de Proteção	14
Critérios para Estimativa de Custos	16
V - Considerações e Recomendações	18
VI - Custos de Implementação	19
VII - Anexos	23
Planilhas financeiras dos investimentos, custos operacionais e contrapartida por UC	23

**FIGURAS**

1. Visão geral da BR-319, com os segmentos constantes no TAC DNIT-IBAMA	4
2. ALAP BR-319, Decreto de 02/01/2006	5
3. Área de estudo da ALAP da BR-319	5
4. Área estabelecida pela SDS/AM	5
5. Focos de pressão antrópica	5
6. Área do Plano de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319	6
7. Postos de Fiscalização Integrada propostos. Terrestres e Fluviais	16
8. Custo anual de implementação das UC ao longo de 20 anos	20
9. Distribuição dos custos anuais por programa de uma UC padrão	27
10. Distribuição dos custos anuais por categoria de custo de uma UC padrão	27

**TABELAS**

1. Quadro atual de recursos humanos e demandas das UC Federais	8
2. Quadro atual de recursos humanos e demandas das UC Estaduais do Amazonas	9
3. Quadro atual de recursos humanos e demandas das UC Estaduais de Rondônia	10
4. Sumário do custo total por Unidade de Conservação no horizonte de 20 anos	19
5. Sumário de custos financeiros para as Ações Integradas de Proteção	21
6. Quadro-resumo dos custos globais da proposta de implementação e proteção das UC da BR-319	22



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## I – Contextualização

Em 22 de setembro de 2008, por meio da Portaria nº 295 do Ministério do Meio Ambiente, se instituiu o Grupo de Trabalho – GT BR-319 com a finalidade de elaborar diretrizes e acompanhar o processo de Licenciamento Ambiental da rodovia BR-319 no Estado do Amazonas. Nesse sentido, coube ao GT BR-319 a incumbência de definir, planejar e apresentar medidas preventivas a serem adotadas em relação aos impactos derivados do empreendimento, de forma a impedir o desmatamento e a descaracterização do bioma amazônico ao longo da estrada, entre as quais podemos citar a definição de espaços territoriais especialmente protegidos, as zonas de exclusão, bem como a proposição de alternativas menos impactantes.

Desde então, foram realizadas duas reuniões do GT BR-319. A primeira ocorreu no dia 07 de outubro de 2008, quando estiveram presentes representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Integração, do Ministério dos Transportes (DNIT), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA (DILIC e DBFLO), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (Presidente, DIREP, DIUSP e CGPRO) e do Governo do Estado do Amazonas (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável - SDS).

Dentre os encaminhamentos dessa reunião, foi criado um subgrupo composto por representantes do ICMBio (DIREP e DIUSP) e SDS/AM designado a elaborar a proposta de Proteção e Implementação de Unidades de Conservação da BR-319. Por conta disso, logo na segunda reunião do GT BR-319, ocorrida em 22 de setembro de 2008, foi apresentada a versão preliminar da presente proposta, que recebeu contribuições e recomendações das partes representadas, cujos desdobramentos estão agora incorporados nesta versão final.

A rodovia BR-319 está compreendida entre os municípios de Manaus, no Estado do Amazonas, e de Porto Velho, no Estado de Rondônia. O processo de Licenciamento Ambiental da rodovia BR-319, conciliado pelo Termo de Acordo e Compromisso (TAC) firmado em 22 de junho de 2007 entre DNIT e IBAMA, estabelece critérios e procedimentos para a adequação do licenciamento e regularização ambiental da rodovia. Para efeito de licenciamento ambiental, o empreendimento foi dividido em quatro segmentos, denominados de A, B, C e segmento do Km 250 – 655,7 (Figura 1).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

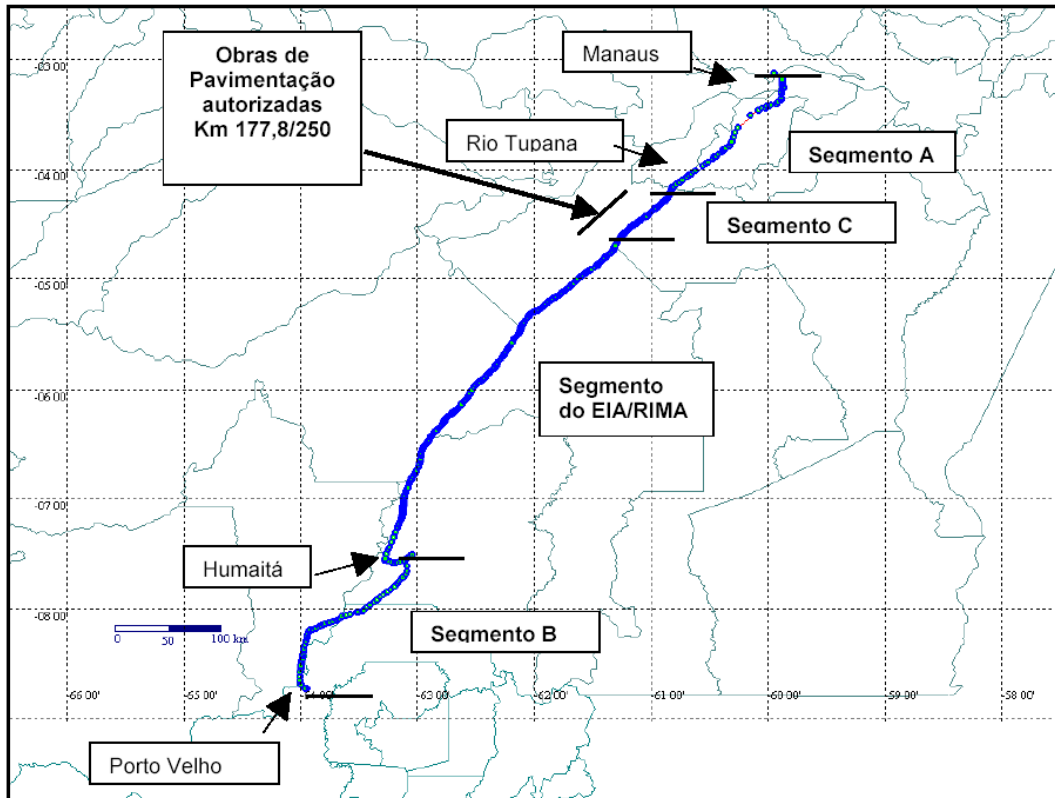


Figura 1: Visão geral da rodovia entre Porto Velho/RO e Manaus/AM, com localização dos Segmentos constantes do Termo de Acordo e Compromisso.

Os segmentos A, B e C foram regularizados por meio do supracitado TAC, ficando autorizadas para os segmentos A e B as obras de manutenção e restauração, e para o segmento C, as obras de pavimentação e reconstrução da rodovia.

Já o segmento central, referente ao Km 250-655,7, cujas obras e intervenções demandam da elaboração de EIA/RIMA, corresponde ao foco principal do processo de licenciamento ambiental, que o GT BR-319 se destina a acompanhar propositivamente.

## II – Objetivo

Considerando o contexto supramencionado, o objetivo principal do subgrupo “Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319” é o de elaborar uma proposta integrada e efetiva de implementação das unidades de conservação, tanto federais como estaduais, na área de influência da BR-319, como parte das estratégias para evitar o avanço do processo de desmatamento na região, conhecido como “espinha-de-peixe”, devido ao seu caráter estrutural essencialmente se impulsionar a partir da abertura de rodovias.

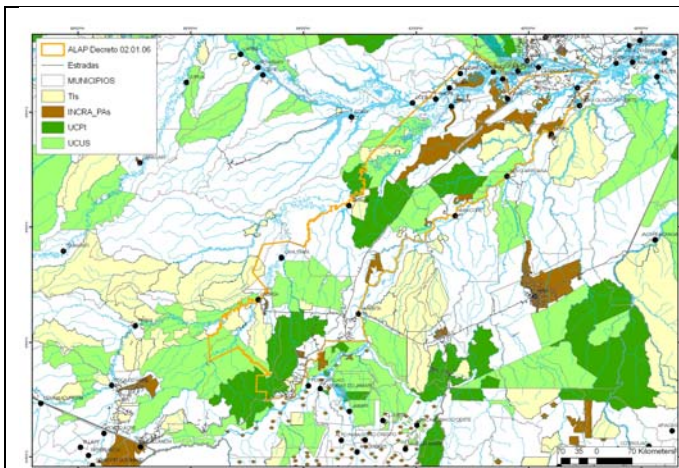




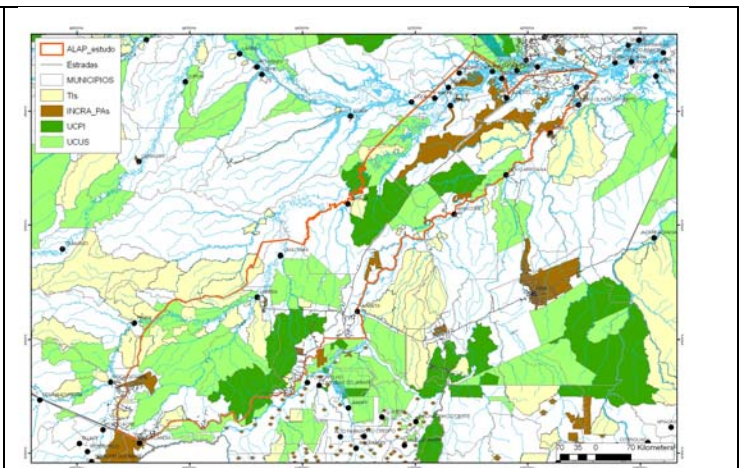
### III – Área de Influência

A primeira ação desse subgrupo foi definir a área de influência da rodovia BR-319 a ser considerada pelo GT BR-319, uma vez que existiam três propostas diferentes, a saber:

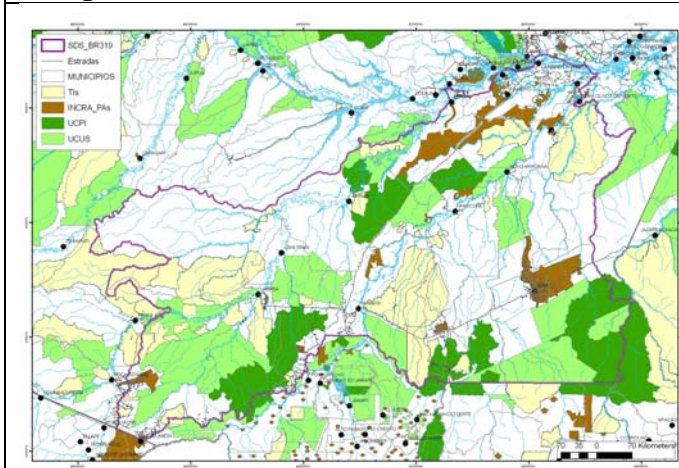
1. Área de Limitação Administrativa Provisória - ALAP da BR-319, proposta pelo Decreto de 02 de janeiro de 2006 (Figura 2);
2. Área de estudo da ALAP da BR-319 ampliada em função da pressão e das demandas sociais existentes no sul do estado do Amazonas (Figura 3);
3. Área definida pela SDS/AM no “Plano Estratégico para promoção do desenvolvimento sustentável e o combate ao desmatamento e grilagem de terras na área de influência da BR-319” (Figura 4), considerando as pressões antrópicas já existentes e que têm como seus principais vetores as cidades e respectivas estradas de acesso (Figura 5).



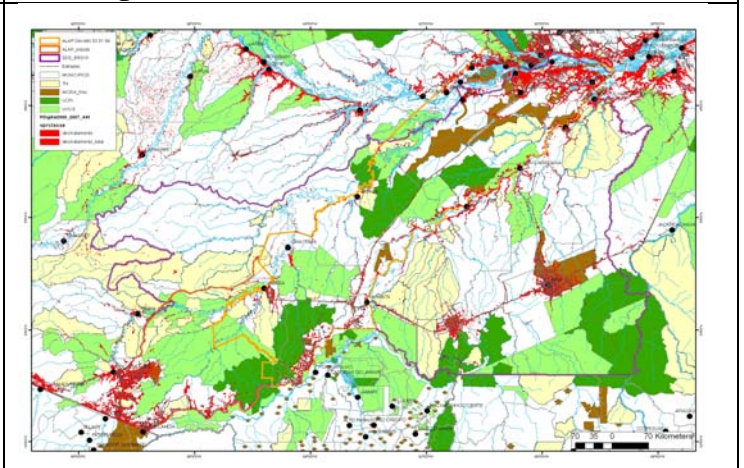
**Figura 2.** ALAP BR-319, Decreto de 02/01/2006.



**Figura 3.** Área de estudo da ALAP da BR-319.



**Figura 4.** Área estabelecida pela SDS/AM.



**Figura 5.** Focos de pressão antrópica.



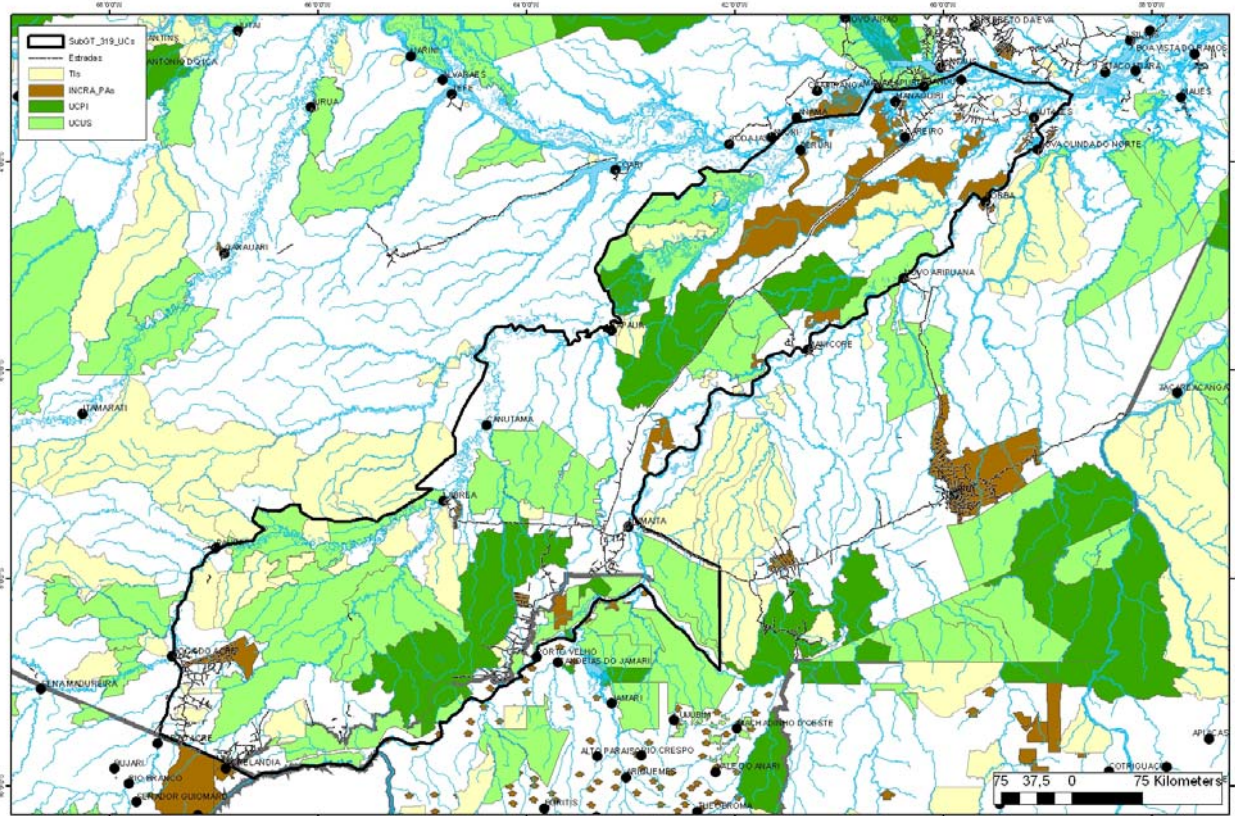


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Dada essa variedade de proposições e a necessidade de definição da área de influência da rodovia BR-319, cujo resultado deveria ser ao mesmo tempo compatível com as realidades e consensual com as propostas existentes, resolvemos por considerar a região compreendida no interflúvio dos rios Purus e Madeira, inspirada na proposta original da ALAP BR-319, buscando, porém, estabelecer limites naturais como bacias hidrográficas, bem como, incorporar os limites das UCs ali presentes.

Dessa forma, a área de influência da BR-319 apresentada e consensuada pelos presentes na segunda reunião do GT BR-319, abrange grande parte do interflúvio Purus-Madeira em seus cursos médio e baixo no Estado do Amazonas, bem como pequena parte do extremo noroeste do Estado de Rondônia (Figura 6). Desta forma, foi possível incluir o conjunto de unidades de conservação recém criadas na região e que requerem medidas urgentes de proteção e implementação.

No processo de definição, optou-se por não incluir o bloco de influência direta da rodovia BR-230 (Transamazônica) na região de Apuí e Santo Antonio do Matupí, que se encontra no contexto dos Parques Nacionais Juruena e Campos Amazônicos, Reserva Biológica do Jaru e Mosaico de UCs Estaduais do Apuí, uma vez que esse conjunto de unidades já possui um sistema de planejamento integrado e contam com apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.



**Figura 6.** Área de influência do Plano de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319, no contexto do GT BR-319.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

A área de influência da BR-319, conta com 29 unidades de conservação, sendo 11 unidades federais, 10 unidades do estado do Amazonas e 08 unidades do estado de Rondônia, conforme listagem a seguir:

FEDERAIS	<b>Categoria</b>	<b>UC</b>	<b>UF</b>
	Parque Nacional (PARNA)	Mapinguari	AM
	Parque Nacional (PARNA)	Nascentes do Lago Jari	AM
	Reserva Biológica (REBIO)	Abufari	AM
	Estação Ecológica (ESEC)	Cuniã	RO
	Reserva Extrativista (RESEX)	Lago do Cuniã	RO
	Reserva Extrativista (RESEX)	Lago do Capanã Grande	AM
	Reserva Extrativista (RESEX)	Médio-Purus	AM
	Reserva Extrativista (RESEX)	Ituxi	AM
	Floresta Nacional (FLONA)	Humaitá	AM
	Floresta Nacional (FLONA)	Balata-Tufari	AM
	Floresta Nacional (FLONA)	Iquiri	AM
	ESTADUAIS – AMAZONAS	<b>Categoria</b>	<b>UC</b>
Parque Estadual (PE)		Matupiri	AM
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)		Matupiri	AM
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)		Piagaçu-Purus	AM
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)		Rio Amapá	AM
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)		Rio Madeira	AM
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)		Igapó Açú	AM
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)		Canutama	AM
Floresta Estadual (FE)		Canutama	AM
Floresta Estadual (FE)		Tapauá	AM
Floresta Estadual (FE)		Beruri	AM
ESTADUAIS - RONDÔNIA	<b>Categoria</b>	<b>UC</b>	<b>UF</b>
	Estação Ecológica (ESEC)	Antonio Mojica Nava	RO
	Estação Ecológica (ESEC)	Serra dos Três Irmãos	RO
	Área de Proteção Ambiental Estadual (APA)	Rio Madeira	RO
	Floresta Estadual de Rendimento Sustentável (FERS)	Rio Madeira A	RO
	Floresta Estadual de Rendimento Sustentável (FERS)	Rio Madeira B	RO
	Floresta Estadual de Rendimento Sustentável (FERS)	Rio Vermelho B	RO
	Floresta Estadual de Rendimento Sustentável (FERS)	Rio Vermelho C	RO
Floresta Estadual de Rendimento Sustentável (FERS)	Rio Machado	RO	





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### Unidades de Conservação Federais (UCF)

Entre as 11 Unidades de Conservação federais sob influência direta da rodovia BR-319, quatro são de Proteção Integral e sete de Uso Sustentável, dentre as quais cinco foram criadas e duas ampliadas em 2008 no contexto da ALAP BR-319, a saber:

- Criação: Parques Nacionais Mapinguari e Nascentes do Lago Jarí, Reservas Extrativistas Médio-Purus e Ituxi e Floresta Nacional Iquiri.
- Ampliação: Estação Ecológica de Cuniã e Floresta Nacional Balata-Tufari.

Nesse mesmo período, foram realizados também estudos para a ampliação da RESEX Lago do Cuniã, cuja efetivação ainda aguarda a publicação do respectivo decreto, sendo fator fundamental para aprimorar o desenho de mosaico de áreas protegidas hoje existente.

Dentre todas as unidades federais, aquelas criadas em 2008 ainda não foram dotadas com servidores públicos. Vale reforçar tal situação, uma vez que a lotação de recursos humanos é um dos maiores desafios para a implementação das UCs e cuja carência pode ser observada na Tabela 1, na qual apresentamos o panorama atual das UCs federais e as demandas para a efetiva implementação da proposta aqui defendida.

**Tabela 1.** Quadro atual de recursos humanos e respectivas demandas das UC Federais em função da área e do ano de criação. AA=Analista Ambiental; TA=Técnico Administrativo.

UC FEDERAL	CRIAÇÃO	ÁREA	SERVIDORES	DEMANDAS
	Ano	(hectare)	ATUAIS	DE RH
<i>PARNA Mapinguari</i>	2008	1.660.705,32	-	08 AA
<i>PARNA Nascentes do Lago Jarí</i>	2008	812.734,67	-	08 AA
<i>ESEC Cuniã</i>	2001	122.290,69	02 AA e 08 TA	06 AA
<i>REBIO Abufari</i>	1982	223.872,85	01 AA e 01 TA	07 AA
<i>FLONA Iquiri</i>	2008	1.472.587,72	01 AA	07 AA
<i>FLONA Balata Tufari</i>	2005	1.080.171,26	02 AA	06 AA
<i>FLONA Humaitá</i>	1998	471.432,27	02 AA	06 AA
<i>RESEX Médio Purus</i>	2008	604.209,25	-	08 AA
<i>RESEX Ituxi</i>	2008	776.315,09	-	08 AA
<i>RESEX Lago do Cuniã</i>	1999	52.099,34	02 AA e 04 TA	06 AA
<i>RESEX Lago do Capanã Grande</i>	2004	304.303,88	01 AA	07 AA
<b>TOTAL</b>		<b>7.580.722,34</b>		<b>77 AA</b>

**Unidades de Conservação Estaduais – Amazonas (UCE-AM)**

A SDS recebeu anuência do Ministério do Meio Ambiente em 2007 para a conclusão de três processos de criação de Unidades de Conservação a nível estadual, situadas em terras da União. Os processos dessas áreas foram iniciados pelo ICMBio e posteriormente enviados à SDS em março de 2008. Com a criação do GT BR-319 (Portaria 295/2008 – MMA), a SDS retomou os referidos processos de criação, hoje concluídos e remetidos a Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) para análise e encaminhamentos pertinentes.

Ainda em 2007, a SDS concluiu também os processos de criação de mais outras três Unidades de Conservação. Tais unidades já receberam parecer favorável da PGE-AM e no momento se encontram na Casa Civil do Governo do Estado para assinatura do decreto de criação pelo governador do estado do Amazonas para a devida conclusão do processo. Logo, no total, está sendo proposta pelo Governo do Estado a criação de sete Unidades de Conservação, cuja área total corresponde a 2.770.749,70 hectares.

**Tabela 2.** Quadro atual de recursos humanos e respectivas demandas das UC Estaduais do Amazonas em função da área e do ano de criação. AA=Analista Ambiental.

UC ESTADUAL	CRIAÇÃO	ÁREA	SERVIDORES	DEMANDAS
	Ano	(hectare)	ATUAIS	DE RH
<i>RDS Rio Amapá</i>	2005	216.108,73	02 AA	06 AA
<i>RDS Piagaçu-purús</i>	2003	809.268,02	02 AA	06 AA
<i>RDS Madeira</i>	2006	283.117	02 AA	06 AA
<i>PE Matupiri</i>	Em processo	509.591,67	-	08 AA
<i>RDS de Canutama</i>	Em processo	203.018,16	-	08 AA
<i>RDS Igapó-açú</i>	Em processo	394.622,96	-	08 AA
<i>RDS Matupiri</i>	Em processo	179.083,45	-	08 AA
<i>FE Canutama</i>	Em processo	159.327,87	-	08 AA
<i>FE Tapauá</i>	Em processo	903.600,6	-	08 AA
<i>FE Beruri</i>	Em processo	421.504,99	-	08 AA
<b>TOTAL</b>		<b>4.079.243,45</b>		<b>74 AA</b>

**Unidades de Conservação Estaduais – Rondônia (UCE-RO)**

O Governo Estadual de Rondônia, por intermédio da Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM-RO), apresenta a situação das UCE-RO (Tabela 3), cujos atos de criação datam da década de 90. Entretanto, hoje, todos os processos referentes a tais unidades, exceto o da APA Rio Madeira, encontram-se junto ao INCRA, aguardando a transferência de suas respectivas dominialidades para o Estado de Rondônia.

Em razão desse contexto, o grau de implementação das UCE-RO é praticamente nulo, inclusive pela ausência de qualquer quadro de pessoal lotado, motivo pelo qual é emergencial o atendimento das demandas por recursos humanos expressas na Tabela 3, em função da área de cada unidade a ser gerida pela SEDAM.

**Tabela 3.** Quadro atual (não-oficial) de recursos humanos e respectivas demandas das UC Estaduais de Rondônia em função da área e do ano de criação. AA=Analista Ambiental.

UC ESTADUAL	CRIAÇÃO	ÁREA	SERVIDORES	DEMANDAS
	Ano	(hectare)	ATUAIS	DE RH
<i>ESEC Antonio Mojica Nava</i>	1996	18.280	-	04 AA
<i>ESEC Serra dos Três Irmãos</i>	1990	102.679	-	06 AA
<i>APA Rio Madeira</i>	1991	6.741	-	04 AA
<i>FERS Rio Madeira A</i>	1990	62.986	-	06 AA
<i>FERS Rio Madeira B</i>	1996	51.856	-	06 AA
<i>FERS Rio Vermelho B</i>	1990	31.568	-	04 AA
<i>FERS Rio Vermelho C</i>	1990	4.050	-	04 AA
<i>FERS Rio Machado</i>	1990	115.750	-	08 AA
<b>TOTAL</b>		<b>393.910</b>		<b>42 AA</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

#### **IV – Estratégias de Implementação**

No contexto da rodovia BR-319, temos a oportunidade de iniciar o planejamento de forma integrada, tanto entre as diferentes categorias de unidades de conservação federais como em parceria com a SDS/AM e SEDAM/RO. Tal ação por si só já agrega consideráveis chances de sucesso para o processo de implementação das UCs na região de entorno da BR-319.

Nesse sentido, construímos uma proposta integrada de ações, desenvolvendo critérios gerais para a estimativa de custos, com vistas a somar esforços para a efetiva implementação das unidades de conservação, buscando ainda consolidar o ordenamento territorial das UCs e do seu entorno e também otimizar os recursos aplicados.

Em suma, tal estratégia de implementação das UCs está baseada na parceria e articulação interinstitucional, na integração do planejamento das unidades, bem como na proteção e monitoramento integrados destas áreas.

#### **Lotação de Servidores**

A lotação de servidores nas UCs da BR-319 é uma condicionante básica para a implementação dessas áreas. Assim, a dotação por concurso e remuneração de pessoal nas unidades, inclusive os respectivos custos dos cargos de chefia, foram consideradas como as principais contrapartidas dos respectivos órgãos gestores (federal e estaduais) nesse processo, além de despesas de serviços correntes como água, luz, telefonia e comunicação, conforme será apresentado a frente.

#### **Ações por Unidade de Conservação**

Na estratégia de implementação de UCs da BR-319, foram priorizadas, nos primeiros dois anos, as ações estruturantes, e estabelecidas as ações de manutenção nos anos seguintes. Assim, no primeiro ano será dado início ao desenvolvimento do Plano de Manejo, bem como a mobilização para formação do Conselho Gestor, além do Plano de Proteção e a implantação do programa de monitoramento. A partir do segundo ano, serão consolidados os levantamentos da situação fundiária da unidade e a dotação de sua respectiva infraestrutura. Obviamente, os custos recorrentes de operacionalização e manutenção da UC também se iniciam nos primeiros anos.

Considerando a data de criação e as diferenças de infraestrutura entre as UC, algumas já apresentam ações de implementação, seja por parte dos órgãos gestores, seja por meio de iniciativas de outros patrocinadores. As estimativas orçamentárias dessas unidades consideraram, portanto, os avanços na sua implementação assim como parte da contrapartida institucional dos gestores.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Esse é caso das seguintes unidades: ESEC Cuniã, RESEX Lago do Cuniã, RESEX Lago do Capanã Grande, FLONA Balata-Tufari, FLONA Humaitá, RDS Piagaçu-Purus e RDS do Rio Amapá. As demais unidades não apresentam investimentos significativos de implementação e, portanto, tiveram custos padronizados de implementação e manutenção desde os primeiros anos.

### **Plano de Manejo**

Apesar das diferentes diretrizes, normas e roteiros metodológicos para elaboração de Planos de Manejo em função das diferentes categorias de UCs, os custos relativos à sua elaboração no contexto amazônico mostram-se bastante semelhantes.

Em razão disso, os custos de elaboração do Plano de Manejo podem ser divididos basicamente entre:

- custos de consultorias para elaboração de diagnósticos temáticos, coordenação e redação do documento;
- custos de logística para levantamentos de campo, que costumam ser elevados devido às dificuldades de acesso e deslocamento na região amazônica;
- custos para a realização de reuniões, seja entre a equipe técnica do plano de manejo, seja junto às comunidades, durante os planejamentos participativos;
- custos de editoração, impressão e divulgação do Plano de Manejo e de material correspondente.

O prazo para a elaboração de cada Plano de Manejo ficou definido entre um ano e meio e dois anos, que é o tempo mínimo para conclusão do processo.

A partir da conclusão do Plano de Manejo, foi previsto ainda o valor de R\$200.000,00 a cada cinco anos para atender ao processo de revisão do documento, montante que se mostra suficiente, tendo em vista que haverá constante monitoramento das ações de implementação, fator que minimizará a necessidade de estudos aprofundados e/ou de longa duração para a revisão e atualizações necessárias.

### **Conselho Gestor**

Durante o processo de formação dos Conselhos Gestores das unidades, sejam eles consultivos ou deliberativos, há uma fase de mobilização e identificação dos atores sociais envolvidos.

Considerando a previsão de execução de ações integradas, haverá durante o processo de elaboração do Plano de Manejo, principalmente para as unidades de uso sustentável, vários momentos de reunião e participação social intra e extra unidade, nos quais teremos a oportunidade de aproveitar tais eventos (oficinas, reuniões etc.) também como momentos de mobilização para a formação e consolidação dos conselhos gestores, concomitantemente ao processo de planejamento da UC.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Assim, foi possível otimizar os recursos durante a estimativa de custos, prevendo a realização de ações integradas com a elaboração do Plano de Manejo. E ainda, por se tratar de um mosaico de unidades, se todas elas iniciarem a elaboração de seus respectivos planos de manejo e mobilização de conselhos gestores na mesma época, é possível que os eventos e reuniões necessárias sirvam para atender mais de uma UC, uma vez que em muitos casos, os atores serão praticamente os mesmos.

### **Diagnóstico para Regularização Fundiária**

Em função da complexidade de ações envolvendo o programa de regularização fundiária, tal tema tem sido chamado de programa de consolidação territorial da unidade, considerando as distintas realidades e situações existentes entre as unidades, em especial na Amazônia.

Para tanto, a presente proposta prevê a imediata demarcação e sinalização das unidades de conservação e dos demais territórios de interesse no entorno, com vistas à consolidação das áreas protegidas e aquelas a proteger. Além disso, a proposta apresenta a previsão de recursos para elaborar o diagnóstico completo que possa fornecer o panorama da situação fundiária atual da UC, considerando o cadastramento e a qualificação dos moradores e a elaboração de estudos que permitam o planejamento do conjunto de ações que os gestores deverão executar. O produto desse trabalho deverá ser um manual de planejamento para procedimentos específicos sobre cada etapa a ser realizada para a regularização fundiária propriamente dita.

### **Operacionalização e Infraestrutura (Custos Compartilhados)**

Para a operacionalização e dotação de infraestrutura (denominadas como Custos Compartilhados), foram incluídos os custos administrativos e de aquisição e manutenção da infraestrutura e de equipamentos, considerando que já no primeiro ano ocorrerá a aquisição desses últimos. Contudo, será a partir do segundo ano, com as orientações advindas do plano de manejo e do zoneamento ambiental da unidade, que se iniciará a construção dos itens de infraestrutura, inclusive a aquisição de mobiliário e também de outros equipamentos demandados para seu efetivo funcionamento.

Para efeito de cálculo de valores, foram considerados “kits” de equipamentos comuns para a operacionalização das unidades. Quanto à infraestrutura, foi orçada a construção de uma Sede e de uma Base para cada UC. Também se considerou os custos de manutenção, depreciação e reposição de equipamentos e de itens de infraestrutura que variam ao longo do tempo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### **Proteção e Monitoramento Ambiental**

A partir de sua criação, mesmo antes da aprovação de seu Plano de Manejo, todas as unidades necessitam ter um plano de proteção que oriente as ações a serem executadas e que garanta a manutenção da integridade da área e de seu entorno.

Para tanto, previu-se o montante de R\$ 200.000,00 anuais para cada UC, destinado às ações básicas de proteção, objetivando, inclusive, que tais ações se congreguem na consolidação de um programa integrado de proteção para todas as UC da BR-319 (proposta complementar que será detalhada a frente), de forma a otimizar o uso desses recursos, principalmente na execução de operações regionais de longa duração e/ou de grande abrangência, como aquelas que demandam a contratação de sobrevôos, por exemplo.

Em relação ao monitoramento ambiental, estimou-se o custo de R\$ 100.000,00 anuais para cada unidade, considerando a necessidade de implementação de sistemas de monitoramento remotos, aéreos e terrestres, que requerem a aquisição e manutenção de materiais e equipamentos, contratação de serviços, consultorias e estabelecimento de módulos e indicadores de monitoramento em campo. Tais ações são essenciais para a gestão e proteção da unidade, contribuindo ainda para a constante atualização dos planejamentos de gestão e, conseqüentemente, a redução dos custos de revisão do plano de manejo a cada cinco anos.

Ao mesmo tempo, essas e outras ações de proteção e implementação das UC, no âmbito federal, só poderão ser efetivadas a partir da implantação da Coordenação Regional do ICMBio em Manaus/AM, cujos custos de estruturação inicial (sede, mobiliário e equipamentos) também foram inseridos na presente proposta.

### **Ações Integradas de Proteção**

No âmbito do estado do Amazonas, por iniciativa do governo estadual, foi proposto o “Plano Estratégico para promoção do desenvolvimento sustentável e o combate ao desmatamento e grilagem de terras na área de influência da BR-319” (SDS-AM), já citado anteriormente. Tal plano apresenta linhas de ação básicas que visam garantir condições efetivas de implementação de ações sócio-ambientais na região da BR-319.

No escopo proposto pela SDS-AM, a Linha de Ação 1, denominada de “Programa de melhoria da infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável e controle ambiental”, estabelece garantias e melhorias de logística, organização e infraestrutura física na área de influencia da BR-319, que darão suporte às ações previstas nas áreas de ordenamento e gestão territorial; combate a ilícitos ambientais; e estímulo e fomento à produção sustentável.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Tal proposta vem ao encontro das iniciativas já existentes na esfera federal, por meio das ações do IBAMA/MMA, dentro do plano de combate à exploração florestal, desmatamentos e queimadas na Amazônia, com foco especial no sul do estado do Amazonas que apresenta altos índices de ilícitos ambientais. Além disso, existem também experiências de integração envolvendo o projeto Corredores Ecológicos – Corredor Central da Amazônia, também incorporadas ao longo desta proposta proteção.

Nesse sentido, representantes da SDS-AM e do MMA (IBAMA e ICMBio) optaram por incorporar elementos de ambas as propostas (estadual e federal) nesta nova concepção de projeto, fruto das tratativas estabelecidas dentro do GT BR-319, especificamente deste Subgrupo de proteção e implementação das unidades de conservação da BR-319.

Dessa forma, buscamos aqui resgatar as preocupações, experiências e proposições existentes para a região em função das redefinições que a área de influência da BR-319 sofreu nesse processo. Além das propostas já incorporadas em relação à implementação das UCE-AM, redesenhamos a proposta de proteção externa às unidades de conservação, dentro deste item denominado de Ações Integradas de Proteção, e que deve colaborar para atender as demandas de fiscalização dos órgãos gestores estaduais e federal (ICMBio, IBAMA, SDS, IPAAM, SEDAM, Polícia Militar Ambiental, Polícia Rodoviária Federal, entre outros atores).

Para tanto, deverão ser criados no entorno das unidades de conservação nove Postos de Fiscalização Ambiental Integrada, que se estruturarão como unidades de controle e fiscalização em áreas avançadas ao longo da fronteira de expansão do desmatamento, em locais estratégicos das vias rodoviárias e fluviais da região. Serão seis postos de fiscalização terrestres e três postos de fiscalização fluviais na área de influência da BR-319 (Figura 7).

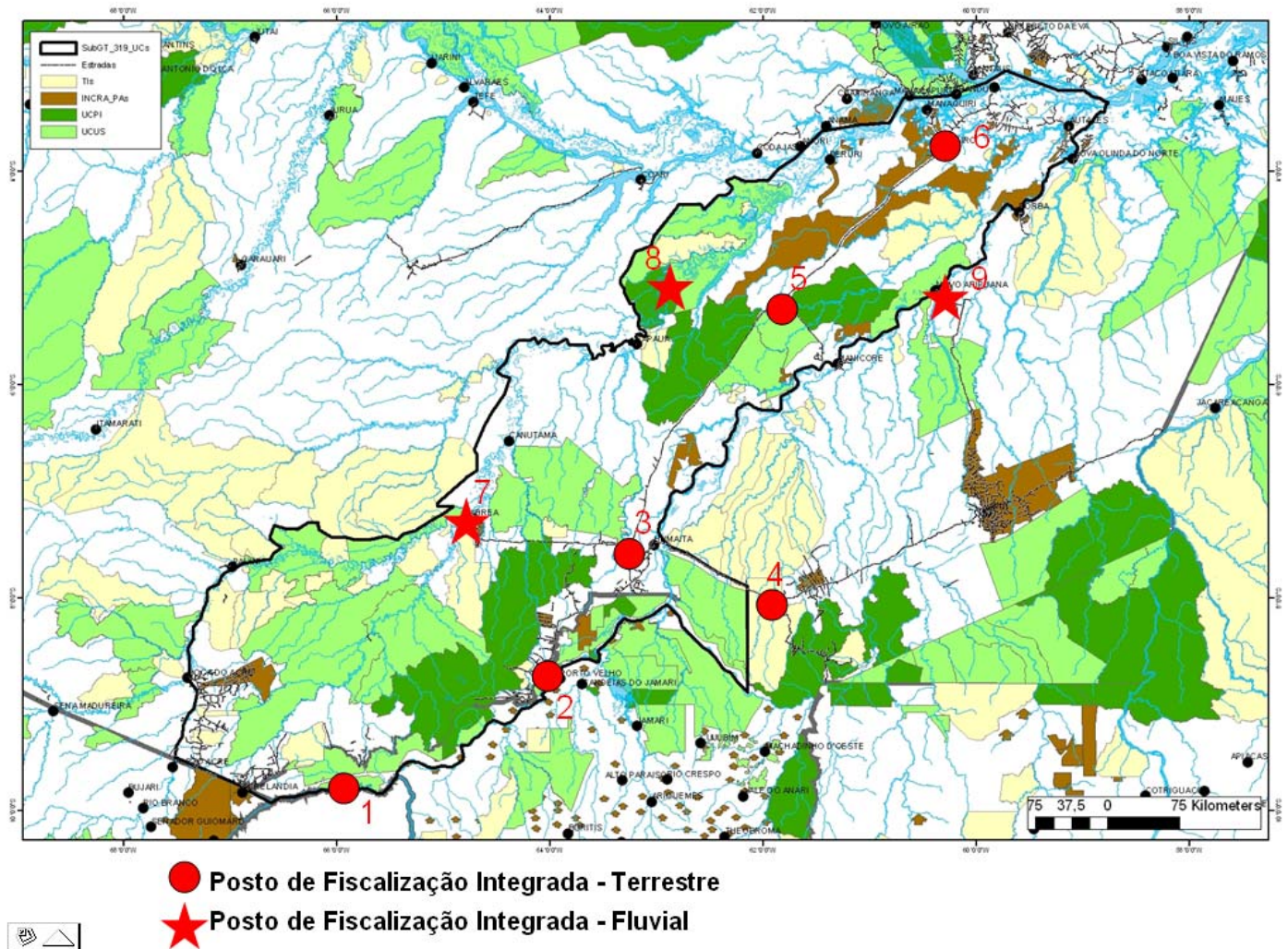
Tais postos terão a função básica de controlar o fluxo de recursos naturais (madeira; animais silvestres; minérios etc.) e apoiar as entidades e atores locais, cujas equipes deverão ser compostas por agentes ambientais e militares no âmbito federal e dos estados. Serão definidas ações estratégicas conjuntas para a atuação dos entes envolvidos nestes postos, razão pela qual se prevê a realização de oficinas de capacitação e de planejamento para organizar a integração das ações de proteção necessárias.

Basicamente, cada posto terá infraestrutura operacional composta de: i) sala de vigilância e operações; ii) sala de informática e de comunicação por rádio; iii) sistema de comunicação portátil; iv) um veículo utilitário (4x4); v) uma moto enduro; vi) dois alojamentos para hospedagem. Para os postos fluviais, os veículos utilizados serão náuticos: i) duas voadeiras (barcos de alumínio com motor de popa); e ii) uma lancha de 20 pés.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



**Figura 7.** Postos de Fiscalização Integrada propostos. *Terrestres*: 1) Extrema/RO; 2) BR-319, próximo a Porto Velho/RO; 3) Entroncamento da BR-319 com a BR-230 (AM); 4) Entroncamento da BR-230 com a “Estrada do Estanho” (AM); 5) Entroncamento da BR-319 com a estrada de acesso ao município de Manicoré/AM; 6) BR-319, próximo ao município de Careiro/AM. *Fluviais*: 7) Rio Purus, na altura do município de Lábrea/AM; 8) Rio Purus, na região da REBIO Abufari/AM; 9) Rio Madeira, na região do município de Novo Aripuanã/AM.

### Critérios para Estimativa de Custos

Para a estimativa dos custos de implementação das Unidades de Conservação da área de influência da BR-319, optou-se por partir de um modelo padronizado. Este modelo padronizado inicial foi elaborado em conjunto pelas equipes gestoras das UC federais e estaduais, de forma que fossem adotados critérios iguais para a definição e a estimativa orçamentária das ações prioritárias. Dessa forma, partindo desse padrão, foi possível individualizar a análise para as áreas que já se encontram em estágios distintos de implementação.

Como o fluxo financeiro anual necessário para a gestão de uma unidade de conservação é variável em função da estruturação inicial, das ações cíclicas e, posteriormente, da substituição dos itens de investimento,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

foi definido um horizonte temporal de 20 anos para a estimativa de demandas de recursos financeiros. Assim, ficaram consideradas as demandas em distintas fases de implementação e gestão das áreas.

Conforme mencionado anteriormente, os custos foram divididos entre os diferentes programas necessários para manter o funcionamento básico de cada UC, sendo eles:

- Plano de Manejo
- Conselho Gestor
- Diagnóstico para Regularização Fundiária
- Proteção
- Monitoramento Ambiental

Além dos programas, foi incluído um componente denominado de Custos Compartilhados composto pelos gastos que são comuns a todos os programas, como os investimentos operacionais e de infra-estrutura (custos com equipamentos, pessoal, manutenção de ativos e despesas administrativas).

Na estimativa de investimentos em ativos fixos, foram também incluídos os gastos anuais com manutenção, além de considerar a vida útil de cada item. Isso significa que durante o período de análise, foi previsto que alguns componentes (como veículos, embarcações, computadores etc.) vão sendo desativados e substituídos. Dessa forma, o módulo de investimentos tem gastos cíclicos durante todo o período analisado.

Os demais custos foram baseados em uma lista de itens de despesa com valores padronizados, agrupados em categorias. Assim, foi possível manter os mesmos critérios de estimativa orçamentária para todas as unidades de conservação, independente da sua categoria de manejo ou do seu gestor. Na seqüência, foram estimadas para cada programa as necessidades físicas de recursos, o que automaticamente gerou o fluxo financeiro anual para cada programa. As categorias de custos consideradas foram:

- Pessoal
- Viagens
- Serviços de terceiros
- Material de consumo
- Treinamento
- Contrapartida

Deve-se ressaltar que os gastos com manutenção de ativos já são gerados automaticamente pelo módulo de investimentos e reinvestimentos do sistema. Por essa razão, esse componente não aparece como uma categoria de custos.

Na distribuição dos custos totais, foram considerados como contrapartida dos órgãos gestores das unidades os gastos com pessoal do quadro funcional e as despesas com serviços básicos (comunicação, água, luz etc.).



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

É importante ressaltar que nesta análise estão compreendidos somente os custos mínimos. Ou seja, custos básicos necessários para estruturar as unidades, manter equipes operando, realizar ações de proteção e manter o monitoramento ambiental básico. Outras necessidades (como uso público, pesquisa, programas de geração de renda etc.) não estão incluídas nesse fluxo financeiro, mas deverão ser objeto de análise posterior, dentro dos respectivos processos de elaboração de Plano de Manejo. Logo, será com a sustentabilidade financeira dos demais programas de manejo específicos não contemplados nesta proposta que se garantirá que as diferentes unidades de conservação cumpram com os objetivos peculiares de manejo inerentes à sua categoria.

### **V - Considerações e Recomendações**

- Os valores estimados para a implementação e manutenção das unidades de conservação é o líquido necessário para aplicação local. Não foram consideradas demandas administrativas para a gestão dos recursos.
- É necessário delinear um arranjo administrativo/institucional que garanta a destinação do recurso para a implementação e manutenção das unidades de conservação. Esse arranjo pode ser feito por intermédio da criação de um fundo específico para a gestão das UC, designando uma organização executora (aos moldes do ARPA) ou outras formas alternativas para tanto, de maneira a garantir a fluidez do recurso a baixo custo administrativo.
- É importante que seja criada rotina anual de avaliação e revisão dos orçamentos. Uma vez que o cenário criado pelo asfaltamento da BR-319 em conjunção com o mosaico de unidades de conservação em questão será relativamente novo para a realidade amazônica, deve haver instrumentos de gestão que corrijam eventuais desajustes e desvios de planejamento.
- Os resultados do monitoramento ambiental trarão importantes subsídios para avaliar a efetividade das ações propostas, bem como para replanejar as demandas de recursos.
- Para a efetivação do planejamento, é fundamental que as equipes de gestão das unidades de conservação sejam prontamente formadas e alocadas. Sem isso, não haverá capacidade local para execução das ações de estruturação iniciais.





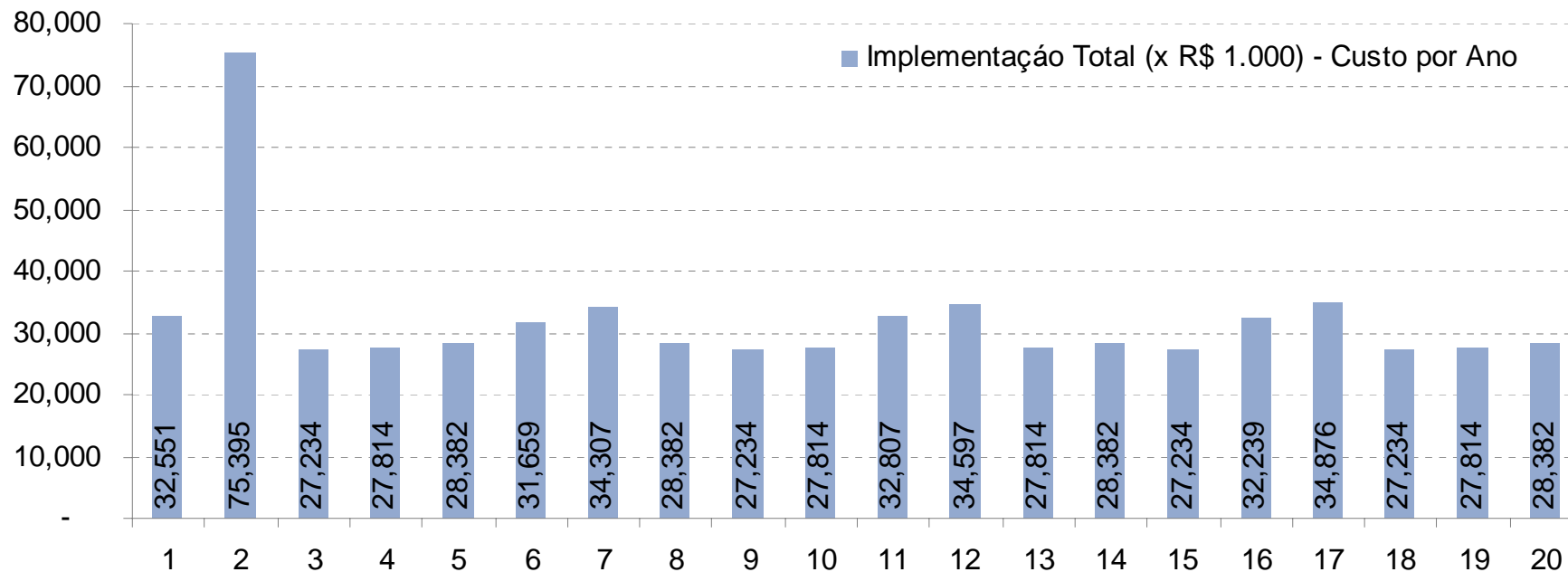
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

VI - Custos de Implementação

**Tabela 4.** Sumário do custo total por Unidade de Conservação em função de suas particularidades para o processo básico de implementação no horizonte de 20 anos. Não estão computados aqui os valores de contrapartida institucional, que se encontram detalhados nas planilhas dos Anexos.

ALAP BR-319		Custo por Ano (x R\$ 1.000,00)																			TOTAL	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19		20
<b>UCs com Custo Padrão - TOTAL</b>		26,975	59,145	20,660	21,100	21,531	23,410	26,633	21,531	20,660	21,100	24,281	26,853	21,100	21,531	20,660	23,850	27,064	20,660	21,100	21,531	491,380
UCF	FLONA Iquiri	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	PARNA Mapinguari	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	PARNA Nascentes do Lago Jari	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	REBIO Abufari	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	RESEX Ituxi	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	RESEX Médio Purus	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
UCE - AM	FE Beruri	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	FE Canutama	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	FE Tapauá	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	PE Matupiri	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	RDS Canutama	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	RDS Igapó-açu	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	RDS Matupiri	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	RDS Rio Madeira	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
UCE - RO	ESEC Antonio Mojica Nava	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	ESEC Serra dos Três Irmãos	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	APA Rio Madeira	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	FERS Rio Madeira A	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	FERS Rio Madeira B	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	FERS Rio Vermelho B	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	FERS Rio Vermelho C	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
	FERS Rio Machado	1,226	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,335
<b>UCs em Implementação - TOTAL</b>		4,160	11,553	4,696	4,796	4,894	6,121	5,253	4,894	4,696	4,796	6,319	5,303	4,796	4,894	4,696	6,221	5,351	4,696	4,796	4,894	107,817
UCF	ESEC Cuniã	772	2,171	939	959	979	1,284	1,011	979	939	959	1,304	1,021	959	979	939	1,284	1,030	939	959	979	21,364
	RESEX do Lago do Capanã-Grande	1,116	2,888	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	22,225
	RESEX do Lago do Cuniã	897	2,231	939	959	979	1,284	1,011	979	939	959	1,304	1,021	959	979	939	1,284	1,030	939	959	979	21,549
UCE - AM	RDS Piagaçu-Purus	688	2,231	939	959	979	1,284	1,011	979	939	959	1,304	1,021	959	979	939	1,284	1,030	939	959	979	21,340
	RDS do Amapá	688	2,231	939	959	979	1,284	1,011	979	939	959	1,304	1,021	959	979	939	1,284	1,030	939	959	979	21,340
<b>FLONAs em Concessão SFB - TOTAL</b>		1,416	4,698	1,878	1,918	1,957	2,128	2,421	1,957	1,878	1,918	2,207	2,441	1,918	1,957	1,878	2,168	2,460	1,878	1,918	1,957	42,956
UCF	FLONA Balata-Tufari	708	2,349	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	21,478
	FLONA Humaitá	708	2,349	939	959	979	1,084	1,211	979	939	959	1,104	1,221	959	979	939	1,084	1,230	939	959	979	21,478
<b>CUSTO TOTAL - IMPLEMENTAÇÃO DE UCs</b>		32,551	75,395	27,234	27,814	28,382	31,659	34,307	28,382	27,234	27,814	32,807	34,597	27,814	28,382	27,234	32,239	34,876	27,234	27,814	28,382	642,153





**Figura 8.** Custo anual de implementação das Unidades de Conservação da BR-319 (x R\$ 1.000,00) ao longo de 20 anos. Não estão computados os valores de contrapartida institucional, que se encontram detalhados nas planilhas dos Anexos.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**Tabela 5.** Sumário de custos financeiros para as Ações Integradas de Proteção (em R\$). Custos de implantação (infraestrutura inicial) e custos operacionais para o primeiro ano (material de consumo, combustível, diárias etc.)

Itens de Orçamento	Custos por Unidade de Fiscalização	
	Terrestre	Fluvial
Material de consumo	21.070	16.570
Fardamento/Uniformes	28.650	28.650
Equipamentos	37.120	53.120
Veículos	99.200	-
Embarcações	-	120.000
Combustível	107.508	107.508
Sistema de comunicação por satélite	60.000	60.000
Obras e construções	283.403	250.000
Diárias/ano (5 pessoas x 365 dias)	164.250	164.250
<b>Total por Unidade de Fiscalização</b>	<b>801.201</b>	<b>800.098</b>
<b>Número de Postos de Fiscalização</b>	<b>x 6</b>	<b>x 3</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.807.206</b>	<b>2.400.294</b>

Sumário de Custos para Ações de Proteção Integradas		
Descrição	Quantidade	Valor Total
Postos de fiscalização terrestres	6	4.807.206
Postos de fiscalização fluviais	3	2.400.294
Oficinas de planejamento estratégico	2	120.000
Treinamento e capacitação	1	100.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>7.427.500</b>

**Considerações:**

- (i) O efetivo da Polícia Militar Ambiental e Rodoviária estará atuando nos postos em conjunto com o IPAAM, IBAMA, SEDAM/RO;
- (ii) A atividade de treinamento e capacitação será efetivada junto às equipes que estarão efetivamente ocupando os postos;
- (iii) As atividades serão realizadas em parceria com as seguintes instituições: SDS/IPAAM, ICMBio/IBAMA, INCRA/MDA, Polícia Federal, ITEAM, SEDAM/RO entre outros.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**Tabela 6.** Quadro-resumo da proposta global, referente à Proteção e Implementação das UC da BR-319 e às Ações Integradas de Proteção na área de influência da rodovia, incluindo as necessidades orçamentárias para atender as contrapartidas institucionais condicionadas ao MMA, à SDS/AM e à SEDAM/RO (em R\$). Foram considerados os custos globais entre os primeiros 5 anos (Anos 1 a 5), entre o sexto e décimo (Anos 6 a 10), e entre os últimos dez anos (Anos 11 a 20), no horizonte temporal de 20 anos.

*CR-MAO/AM=Coordenação Regional do ICMBio-Manaus/AM; UCF=Unidades de Conservação Federal; UCE=Unidades de Conservação Estadual; PFI=Postos de Fiscalização Integrada (terrestre e fluvial)*

QUADRO-RESUMO GT BR-319	ANOS			TOTAL
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	

PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO E PROTEÇÃO				
CR-MAO/AM	1.000.000,00	100.000,00	200.000,00	<b>1.300.000,00</b>
UCF	71.122.000,00	56.668.000,00	114.316.000,00	<b>242.106.000,00</b>
UCE-AM	65.923.100,00	51.516.000,00	103.924.000,00	<b>221.363.100,00</b>
UCE-RO	54.331.600,00	41.213.000,00	83.139.000,00	<b>178.683.600,00</b>
PFI	17.915.308,00	-	-	<b>17.915.308,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>210.292.008,00</b>	<b>149.497.000,00</b>	<b>301.579.000,00</b>	<b>661.368.008,00</b>

CONTRAPARTIDAS INSTITUCIONAIS *				
ICMBio/MMA	20.885.125,00	25.863.725,00	51.727.450,00	<b>98.476.300,00</b>
IBAMA/MMA	970.725,00	970.725,00	1.941.450,00	<b>3.882.900,00</b>
SDS/AM	18.104.000,00	22.630.000,00	45.260.000,00	<b>85.994.000,00</b>
SEDAM/RO	14.483.200,00	18.104.000,00	36.208.000,00	<b>68.795.200,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>54.443.050,00</b>	<b>67.568.450,00</b>	<b>135.136.900,00</b>	<b>257.148.400,00</b>
<b>% CONTRAPARTIDA</b>	<b>21%</b>	<b>31%</b>	<b>31%</b>	<b>28%</b>

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>264.735.058,00</b>	<b>217.065.450,00</b>	<b>436.715.900,00</b>	<b>918.516.408,00</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

\* Necessidades orçamentárias das instituições a serem previamente alocadas como condicionantes de contrapartida institucional para a implementação da proposta global, conforme detalhado no Relatório Final e no Plano de Trabalho do GT BR-319.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## VII - Anexos

## Planilhas financeiras dos investimentos, custos operacionais e contrapartida dos gestores (recursos humanos e despesas correntes) por UC.

## ESEC Cuniã

(x R\$ 1000)

Categoria de custo	Ano																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Investimentos	165	1,092	-	20	40	125	72	40	-	20	165	82	20	40	-	145	91	-	20	40
Custo operacional fixo	16	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72
Custo operacional variável	591	1,007	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867
<b>TOTAL ALAP BR-319</b>	<b>772</b>	<b>2,171</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>1,264</b>	<b>1,011</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>1,304</b>	<b>1,021</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>1,284</b>	<b>1,030</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>
<b>CONTRAPARTIDA GESTOR</b>																				
Recursos Humanos	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440
Despesas Correntes	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
<b>TOTAL CONTRAPARTIDA</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,224</b>	<b>2,624</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,717</b>	<b>1,463</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,756</b>	<b>1,473</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,737</b>	<b>1,483</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>
% da Contrapartida	37%	17%	33%	32%	32%	26%	31%	32%	33%	32%	26%	31%	32%	32%	33%	26%	31%	33%	32%	32%

## RESEX Lago do Cuniã

(R\$ 1000)

Categoria de custo	Ano																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Investimentos	165	1,092	-	20	40	125	72	40	-	20	165	82	20	40	-	145	91	-	20	40
Custo operacional fixo	16	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72
Custo operacional variável	716	1,067	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867
<b>TOTAL ALAP BR-319</b>	<b>897</b>	<b>2,231</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>1,264</b>	<b>1,011</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>1,304</b>	<b>1,021</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>1,284</b>	<b>1,030</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>
<b>CONTRAPARTIDA GESTOR</b>																				
Recursos Humanos	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440
Despesas Correntes	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
<b>TOTAL CONTRAPARTIDA</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,349</b>	<b>2,684</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,717</b>	<b>1,463</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,756</b>	<b>1,473</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,737</b>	<b>1,483</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>
% da Contrapartida	34%	17%	33%	32%	32%	26%	31%	32%	33%	32%	26%	31%	32%	32%	33%	26%	31%	33%	32%	32%





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## FLONA Humaitá

(x R\$ 1000)

Categoria de custo	Ano																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Investimentos	165	1,092	-	20	40	125	72	40	-	20	165	82	20	40	-	145	91	-	20	40
Custo operacional fixo	16	72	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72
Custo operacional variável	528	1,185	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867
<b>TOTAL ALAP BR-319</b>	<b>708</b>	<b>2,349</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>1,064</b>	<b>1,211</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>1,104</b>	<b>1,221</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>1,084</b>	<b>1,230</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>
<b>CONTRAPARTIDA GESTOR</b>																				
Recursos Humanos	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440
Despesas Correntes	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
<b>TOTAL CONTRAPARTIDA</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,161</b>	<b>2,801</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,517</b>	<b>1,663</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,556</b>	<b>1,673</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,537</b>	<b>1,683</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>
% da Contrapartida	39%	16%	33%	32%	32%	30%	27%	32%	33%	32%	29%	27%	32%	32%	33%	29%	27%	33%	32%	32%

## FLONA Balata-Tufari

(x R\$ 1000)

Categoria de custo	Ano																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Investimentos	165	1,092	-	20	40	125	72	40	-	20	165	82	20	40	-	145	91	-	20	40
Custo operacional fixo	16	72	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72
Custo operacional variável	528	1,185	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867
<b>TOTAL ALAP BR-319</b>	<b>708</b>	<b>2,349</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>1,064</b>	<b>1,211</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>1,104</b>	<b>1,221</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>1,084</b>	<b>1,230</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>
<b>CONTRAPARTIDA GESTOR</b>																				
Recursos Humanos	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440
Despesas Correntes	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
<b>TOTAL CONTRAPARTIDA</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,161</b>	<b>2,801</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,517</b>	<b>1,663</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,556</b>	<b>1,673</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,537</b>	<b>1,683</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>
% da Contrapartida	39%	16%	33%	32%	32%	30%	27%	32%	33%	32%	29%	27%	32%	32%	33%	29%	27%	33%	32%	32%



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## RESEX Lago do Capanã Grande

(x R\$ 1000)

Categoria de custo	Ano																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Investimentos	165	1,092	-	20	40	125	72	40	-	20	165	82	20	40	-	145	91	-	20	40
Custo operacional fixo	16	72	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72
Custo operacional variável	936	1,525	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867
<b>TOTAL ALAP BR-319</b>	<b>1,116</b>	<b>2,688</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>1,064</b>	<b>1,211</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>1,104</b>	<b>1,221</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>1,084</b>	<b>1,230</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>
<b>CONTRAPARTIDA GESTOR</b>																				
Recursos Humanos	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440
Despesas Correntes	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
<b>TOTAL CONTRAPARTIDA</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,569</b>	<b>3,141</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,517</b>	<b>1,663</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,556</b>	<b>1,673</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,537</b>	<b>1,683</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>
% da Contrapartida	29%	14%	33%	32%	32%	30%	27%	32%	33%	32%	29%	27%	32%	32%	33%	29%	27%	33%	32%	32%

## RDS Piagaçu-Purus

(R\$ 1000)

Categoria de custo	Ano																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Investimentos	165	1,092	-	20	40	125	72	40	-	20	165	82	20	40	-	145	91	-	20	40
Custo operacional fixo	16	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72
Custo operacional variável	507	1,067	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867
<b>TOTAL ALAP BR-319</b>	<b>688</b>	<b>2,231</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>1,264</b>	<b>1,011</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>1,304</b>	<b>1,021</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>1,284</b>	<b>1,030</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>
<b>CONTRAPARTIDA GESTOR</b>																				
Recursos Humanos	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440
Despesas Correntes	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
<b>TOTAL CONTRAPARTIDA</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,141</b>	<b>2,684</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,717</b>	<b>1,463</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,756</b>	<b>1,473</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,737</b>	<b>1,483</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>
% da Contrapartida	40%	17%	33%	32%	32%	26%	31%	32%	33%	32%	26%	31%	32%	32%	33%	26%	31%	33%	32%	32%



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## RDS Rio Amapá

(R\$ 1000)

Categoria de custo	Ano																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Investimentos	165	1,092	-	20	40	125	72	40	-	20	165	82	20	40	-	145	91	-	20	40
Custo operacional fixo	16	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	72
Custo operacional variável	507	1,067	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867
<b>TOTAL ALAP BR-319</b>	<b>688</b>	<b>2,231</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>1,264</b>	<b>1,011</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>1,304</b>	<b>1,021</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>1,284</b>	<b>1,030</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>
<b>CONTRAPARTIDA GESTOR</b>																				
Recursos Humanos	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440
Despesas Correntes	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
<b>TOTAL CONTRAPARTIDA</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,141</b>	<b>2,684</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,717</b>	<b>1,463</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,756</b>	<b>1,473</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,737</b>	<b>1,483</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>
% da Contrapartida	40%	17%	33%	32%	32%	26%	31%	32%	33%	32%	26%	31%	32%	32%	33%	26%	31%	33%	32%	32%

## Unidade de Conservação Padrão \*

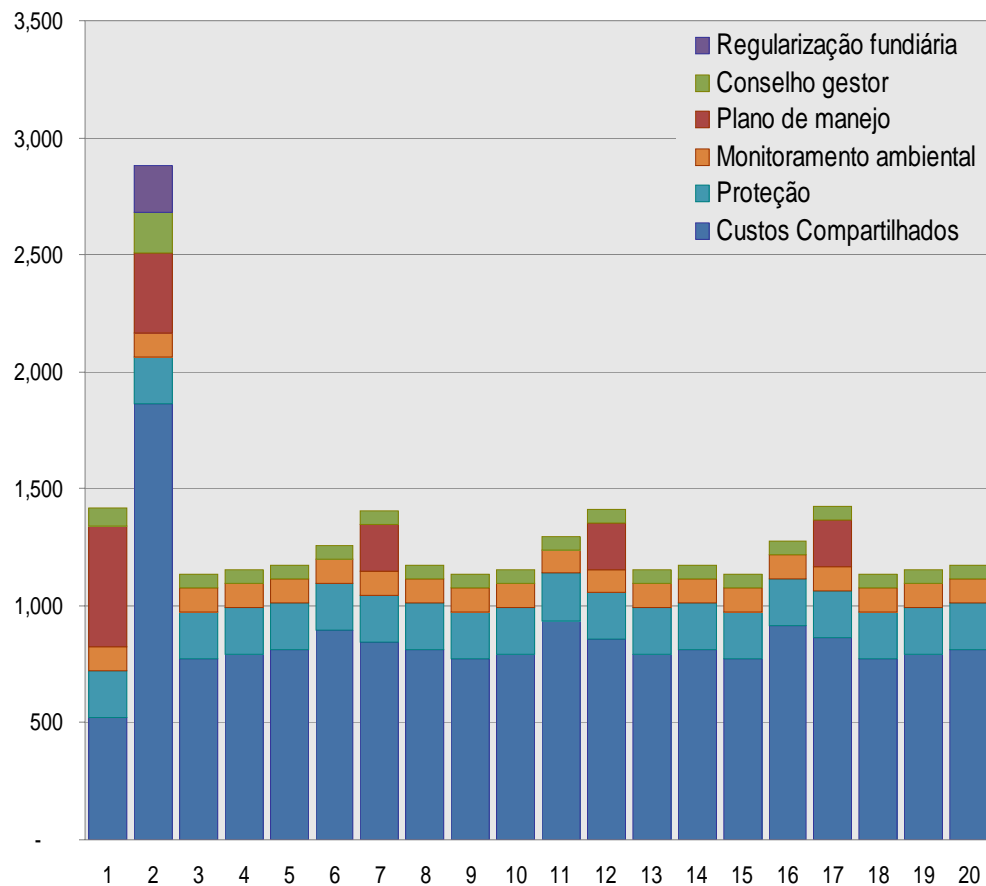
(x R\$ 1000)

Categoria de custo	Ano																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Investimentos	165	1,092	-	20	40	125	72	40	-	20	165	82	20	40	-	145	91	-	20	40
Custo operacional fixo	16	72	72	72	72	72	272	72	72	72	72	272	72	72	72	272	72	72	72	72
Custo operacional variável	1,046	1,525	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867	867
<b>TOTAL ALAP BR-319</b>	<b>1,226</b>	<b>2,688</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>1,064</b>	<b>1,211</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>1,104</b>	<b>1,221</b>	<b>959</b>	<b>979</b>	<b>939</b>	<b>1,084</b>	<b>1,230</b>	<b>939</b>	<b>959</b>	<b>979</b>
<b>CONTRAPARTIDA GESTOR</b>																				
Recursos Humanos	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440	440
Despesas Correntes	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
<b>TOTAL CONTRAPARTIDA</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>	<b>453</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,679</b>	<b>3,141</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,517</b>	<b>1,663</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,556</b>	<b>1,673</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>	<b>1,392</b>	<b>1,537</b>	<b>1,683</b>	<b>1,392</b>	<b>1,412</b>	<b>1,431</b>
% da Contrapartida	27%	14%	33%	32%	32%	30%	27%	32%	33%	32%	29%	27%	32%	32%	33%	29%	27%	33%	32%	32%

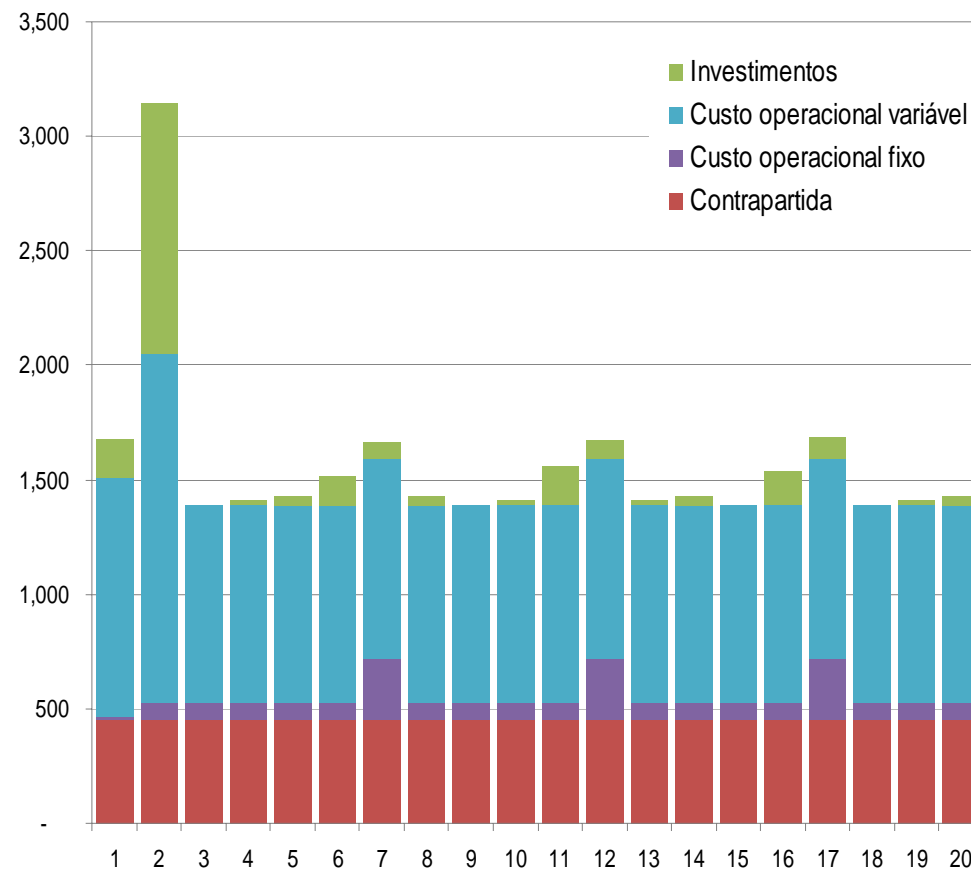
\* UC Federal: FLONA Iquiri, PARNA Matinguari, PARNA Nascentes do Lago Jari, REBIO Abufari, RESEX Ituxi, RESEX Médio Purus.

\* UCE-AM: FE Beruri, FE Canutama, FE Tapauá, PE Matupiri, RDS Canutama, RDS Igapó-açu, RDS Matupiri, RDS Rio Madeira.

\* UCE-RO: ESEC Antonio Mojica Nava, ESEC Serra dos Três Irmãos, APA Rio Madeira, FERS Rio Madeira A, FERS Rio Madeira B, FERS Rio Vermelho B, FERS Rio Vermelho C, FERS Rio Machado.



**Figura 9.** Distribuição dos custos anuais por programa (regularização fundiária, conselho gestor, plano de manejo, monitoramento e proteção ambiental e custos compartilhados) de uma unidade de conservação padrão.



**Figura 10.** Distribuição dos custos anuais por categoria (investimentos, operacionais e contrapartida) de uma unidade de conservação padrão.